



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABACAYO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsiderando estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) que prove mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) e prove mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser recortada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501076245M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Procuradoria Geral do Município de Aracaju
PGM de Aracaju-SE

CARGO:

Procurador Municipal

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PGM DE ARACAJU-SE – 2º SIMULADO – PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL) – 2501076245M

Direito Constitucional

Weslei Machado

- 1** No contexto da judicialização das políticas públicas, o Supremo Tribunal Federal tem um papel crucial na interpretação do alcance das obrigações do Estado derivadas da Constituição Federal. A esse respeito, julgue o item subsequente.
O Poder Judiciário não tem competência para intervir nas políticas públicas, ainda que se alegue falha evidente do Poder Executivo em implementar medidas constitucionalmente previstas, como o direito à segurança, pois tal ação constituiria uma violação do princípio da separação de poderes.
- 2** No contexto da requisição administrativa de bens e serviços para atender a necessidades coletivas, urgentes e transitórias, como no caso de calamidades públicas ou epidemias, julgue o item seguinte. A Constituição permite que um ente federativo requisite bens ou serviços públicos de outro ente federativo, desde que seja para atender a uma situação de perigo público iminente, garantindo assim a eficácia da resposta estatal em situações de emergência.
- 3** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório, julgue o seguinte item.
A prática de condução coercitiva para interrogatórios, ainda que temporária, não viola a dignidade da pessoa humana e está em consonância com os princípios constitucionais de liberdade de locomoção e da presunção de não culpabilidade, desde que assegurado o direito de o convidado não produzir provas contra si (direito à não autoincriminação).
- 4** De acordo com as disposições constitucionais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o cabimento do *habeas data*, julgue o item a seguir: No contexto do direito constitucional brasileiro, o *habeas data* é um instrumento processual destinado a assegurar o direito ao acesso a informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, sem necessidade de demonstrar a recusa em fornecer tais informações.
- 5** Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o remédio constitucional *habeas corpus*, julgue o item a seguir: É admissível a utilização do *habeas corpus* para discutir a legalidade de proibição de visitas a pacientes presos, uma vez que tais restrições impactam diretamente o *status libertatis* do indivíduo. Julgue o item.
- 6** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de injunção, julgue o item seguir: O mandado de injunção é cabível em qualquer situação em que se verifique a ausência de norma regulamentadora que impossibilite o exercício de direitos e liberdades constitucionais, assim como de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ainda que o direito invocado não tenha expressa previsão constitucional.

- 7** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema único de Saúde, julgue o item a seguir: É possível a concessão judicial de medicamentos não incorporados às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que preenchidos cumulativamente requisitos como a negativa de fornecimento na via administrativa, a análise da ilegalidade do ato de não incorporação pela Comitec, a impossibilidade de substituição por outro fármaco listado, a comprovação da eficácia do medicamento por meio de evidências científicas robustas, a necessidade clínica imprescindível do tratamento comprovada por laudo médico e a incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do tratamento.
- 8** De acordo com a Constituição Federal, a renúncia à nacionalidade brasileira, que pode ocorrer mediante pedido expresso do cidadão à autoridade competente, impossibilita permanentemente o indivíduo de readquirir a nacionalidade brasileira originária. Julgue o item.
- 9** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as competências dos entes federativos, julgue o item a seguir: compete privativamente à União legislar sobre direito penal e processual penal. Nesse sentido, a Constituição de um Estado-membro, ao definir competências do Tribunal de Justiça local, especialmente sobre o foro por prerrogativa de função, não pode divergir ou exceder os limites estabelecidos no modelo federal, sob pena de violação da competência legislativa privativa da União.
- 10** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a criação de novos municípios, julgue o item a seguir: Pendente a edição de legislação federal que estabeleça o prazo dentro do qual será permitida a criação e alteração de municípios, são inconstitucionais os regramentos estaduais que disciplinem a matéria independentemente dessa norma federal.
- 11** No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as imunidades dos vereadores, julgue o item a seguir: Norma da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que concede imunidades formais a autoridades municipais é constitucional, visto que os entes federados possuem competência para ampliar as imunidades constitucionalmente previstas aos vereadores.
- 12** Quanto à responsabilização civil do Estado, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir: O dever de indenizar por parte do poder público, na aplicação da responsabilidade civil objetiva, dispensa a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do agente estatal e o dano causado ao particular. Julgue o item.

- 13** Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, julgue o item a seguir: As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) não podem realizar buscas e apreensões em domicílios, pois tal ato estaria sujeito à cláusula de reserva de jurisdição. No entanto, a CPI pode determinar busca e apreensão em locais que não sejam considerados invioláveis, desde que haja fundamentação adequada indicando causa provável e fatos concretos que justifiquem tal medida.
- 14** Segundo o Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade do chefe do Poder Executivo, julgue o item a seguir: As constituições estaduais não podem estender as imunidades previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 86 da Constituição Federal, que tratam das imunidades processuais do Presidente da República, aos governadores de estado, dado que tais imunidades são exclusivas do chefe de Estado. Julgue o item.
- 15** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir: os municípios não estão incluídos entre as entidades com legitimidade para propor ação direta de constitucionalidade perante o STF.

Direito Administrativo

Gustavo Scatolino

- 16** Sobre os atos administrativos, julgue o item abaixo. A finalidade é um elemento obrigatório de todos os atos administrativos, independentemente de sua natureza.
- 17** Considerando as disposições constitucionais sobre os agentes públicos, analise o item abaixo em certo ou errado. Os servidores públicos podem acumular dois cargos públicos, desde que sejam dois cargos de professor, haja compatibilidade de horários e observado o teto remuneratório constitucional, sendo que a soma das remunerações não pode ultrapassar o subsídio mensal dos Ministros do STF.
- 18** Sobre as discussões doutrinárias e jurisprudenciais abrangendo a responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item. Se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional quando houver nexo causal entre o momento da fuga e o dano. Entretanto, o nexo causal é presumido, não sendo necessária a sua demonstração pela parte que busca a reparação Estatal.
- 19** À luz da Lei n. 9.784/1999, julgue o item abaixo. Uma vez delegada a incompetência, o ato que a delegou se torna irrevogável, ainda que solicitada a revogação pela autoridade delegante.
- 20** No âmbito das licitações públicas, analise o item abaixo. A modalidade de licitação em que a administração realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades é o diálogo competitivo.
- 21** Sobre as discussões doutrinárias, jurisprudenciais e constitucionais abrangendo a responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item. A responsabilidade objetiva do Estado aplica-se igualmente às pessoas jurídicas de direito público e às de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- 22** Acerca da organização administrativa julgue o item. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é entidade integrante da administração indireta, com status de órgão público singular.
- 23** No que se refere à organização administrativa, analise o item abaixo. As fundações públicas de direito público podem ser consideradas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista para qualquer fim de direito.
- 24** Sobre os poderes administrativos, analise o item abaixo em certo ou errado. O poder disciplinar permite à administração pública punir qualquer cidadão que descumpra normas administrativas.
- 25** No que se refere aos atos administrativos, julgue o item abaixo. O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, desse modo, são anuláveis os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito fundamental à informação.
- 26** No que se refere aos atos administrativos, analise o item abaixo. Os atos administrativos discricionários podem ser revogados a qualquer tempo por conveniência e oportunidade.
- 27** Sobre as concessões de serviço público, analise o item abaixo. Na concessão de serviços públicos, a prestação do serviço é transferida a uma pessoa jurídica de direito público, sem necessidade de licitação, por se tratar de transferência a uma entidade da administração.
- 28** Sobre o tema da organização administrativa, julgue o item abaixo. A imunidade tributária das autarquias abrange inclusive imóveis alugados a terceiros.
- 29** No que se refere ao controle da administração pública, analise o item abaixo em certo ou errado. O controle judicial sobre os atos administrativos limita-se à análise de legalidade, não abrangendo o mérito administrativo.
- 30** No que concerne ao tópico da intervenção do Estado na propriedade, julgue o item abaixo. O Superior Tribunal de Justiça decidiu que, após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, é de dez anos o prazo de prescrição aplicável nas ações de desapropriação indireta.

Direito Tributário

Renato Grilo

- 31** Trata-se de tributo por meio do qual há a expressão de uma contraprestação que vai fazer frente a um agir do poder público, guardando uma relação de razoável equivalência entre o custo real da atuação estatal entregue ao contribuinte e o valor que o Estado pode exigir de cada contribuinte. O enunciado diz respeito às taxas.
- 32** Considere que determinada Capital de um grande Estado tenha como parte da sua Administração indireta uma sociedade de economia mista (empresa municipal) que possui ações negociadas em bolsa de valores. Nesse contexto, tal empresa gozará de imunidade tributária, tal como qualquer ente da administração direta.
- 33** Um governador de Estado-membro, inconformado com os ciclistas que possuem bicicletas em valores que chegam acima dos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) sem qualquer pagamento de tributo sobre referida propriedade, pode editar Medida Provisória (MP) instituindo IPVA sobre as bicicletas que tenham valor de aquisição superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- 34** O STF, em sede de repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que é constitucional que estados e o Distrito Federal instituam o ITCMD sobre heranças e doações no exterior (inciso III do § 1º do art. 155 da CF/1988) sem a necessidade de lei complementar.
- 35** O STF, em sede de repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que é inconstitucional a inclusão do ICMS no aspecto dimensível (base de cálculo) da contribuição previdenciária federal incidente sobre a receita bruta (CPRB).
- 36** De acordo com o entendimento firmado pelo STF, o compartilhamento de dados poderá se processar entre Ministério Público e a administração tributária (Fisco), desde que os fatos estejam diretamente relacionados ao processo administrativo fiscal.
- 37** A Emenda Constitucional n. 132/2023 (Reforma Tributária) modificou sensivelmente a redação do Artigo 149-A da CF/1988. Sobre o tributo previsto no referido artigo pode-se afirmar que houve uma revogação expressa da viabilidade de cobrança do tributo na fatura de energia elétrica.
- 38** Após a vigência da Reforma Tributária (EC 132.2023) a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de ladrões públicos passam a poder ser custeados pelo tributo anteriormente chamado de “Contribuição sobre a Iluminação Pública – COSIP” (Art. 149-A da CF).
- 39** No contexto da atual reforma tributária, considere hipoteticamente que um determinado novo tributo foi instituído sem a previsão de distinção entre os contribuintes. Essa instituição é capaz de ferir o princípio da capacidade contributiva.

- 40** Acerca da temática do lançamento tributário, julgue se o item está correto: A notificação do lançamento do IPTU, imposto municipal, é feita pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte, cabendo-lhe comprovar a ausência de notificação do lançamento tributário pelo não recebimento.
- 41** É possível a criação de tributo que seja o objeto de uma obrigação de fazer.
- 42** O tributo é expresso em forma de moeda, mas também pode ser decomposto em um valor que se possa exprimir em moeda.
- 43** A confissão da dívida feita no contexto do requerimento de adesão a um programa de parcelamento tributário não será capaz de configurar o instituto da denúncia espontânea.
- 44** Considere que um determinado município tenha criado, mediante lei, um tributo da espécie taxa para a fiscalização ambiental, atribuindo o poder de fiscalizar, arrecadar e cobrar a taxa a uma autarquia municipal, integrante da sua administração. Nessa hipótese, a atribuição dos poderes de cobrança da taxa à nova autarquia compreenderá as garantias e os privilégios processuais que, de outra forma, competiriam ao próprio Fisco municipal, para fins da cobrança da taxa.
- 45** As taxas devem seguir o princípio tributário da não afetação, de modo a impedir a vinculação do seu produto a órgão, fundo ou entidade.

Direito Financeiro

Anderson Ferreira

Sobre os conceitos básicos de direito financeiro, julgue os itens que seguem.

- 46** A técnica orçamentária que permite a integração entre o planejamento e o orçamento é o orçamento incremental.
- Sobre os conceitos básicos de direito financeiro, julgue os itens que seguem.

- 47** O direito financeiro, assim como o direito tributário, restringe-se ao estudo dos ingressos de recursos financeiros ao erário.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 48** O Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO será publicado, pelo Poder Executivo respectivo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 49** Durante o ciclo orçamentário, a lei de diretrizes orçamentárias estipula as diretrizes da política fiscal, bem como orienta a elaboração da lei orçamentária anual para o período a que se refere.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 50** A fase de controle e avaliação do orçamento, que pertence ao ciclo orçamentário, é uma prerrogativa constitucional privativa do Tribunal de Contas do respectivo ente federativo.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 51** Em casos de calamidade pública devidamente circunstanciada, é possível que a lei orçamentária anual preveja créditos com dotação ilimitada.

Acerca da Lei n. 4.320, de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro no ordenamento jurídico nacional, julgue os itens que se seguem.

- 52** O expresso reconhecimento do estado de calamidade pública é um requisito para a abertura de créditos suplementares.

Acerca da Lei n. 4.320, de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro no ordenamento jurídico nacional, julgue os itens que se seguem.

- 53** Não serão admitidas emendas ao projeto de lei do orçamento anual que visem a conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

No que se refere aos princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

- 54** O princípio orçamentário da universalidade determina que as receitas e despesas constarão no orçamento público pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

No que se refere aos princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

- 55** Mesmo que sujeita ao princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual poderá autorizar a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 56** Para a estimativa da receita pública do orçamento público anual, serão considerados, entre outros fatores, os efeitos das alterações na legislação e a variação dos índices de preços.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 57** Receita extraorçamentária são disponibilidades pertencentes ao Estado, transitam pelo patrimônio público e, geralmente, estão previstas no orçamento anual.

Sobre a execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

- 58** A descentralização de recursos financeiros entre ministérios caracteriza um destaque.

Sobre a execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

- 59** A depender do caso concreto, as despesas empenhadas, mas pendentes de liquidação, podem ser inscritas em restos a pagar.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, julgue o item a seguir.

- 60** As ações relacionadas à saúde, educação e assistência social são exceções para fins de aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias.

Direito Urbanístico

Werner Rech

- 61** Os Estados podem estabelecer normas específicas de uso e ocupação do solo urbano, mesmo que estas contrariem o Plano Diretor municipal.

- 62** O Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas instituídas por lei estadual.

- 63** A função social da propriedade urbana é definida exclusivamente por normas gerais editadas pela União.

- 64** O direito de construir pode ser condicionado ao cumprimento de requisitos técnicos e legais estabelecidos pela legislação municipal.

- 65** A Lei n. 13.465/2017 autoriza a regularização fundiária de interesse social exclusivamente em áreas públicas ocupadas irregularmente por pessoas de baixa renda.

- 66** De acordo com a Lei n. 6.766/1979, os loteamentos em áreas de preservação permanente só podem ser aprovados mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

- 67** O Estatuto da Cidade prevê que a gestão democrática das cidades deve incluir, obrigatoriamente, referendos e plebiscitos para a aprovação do Plano Diretor.

- 68** A desapropriação por zona é uma modalidade prevista no Estatuto da Cidade e pode ser utilizada como instrumento de política urbana.

- 69** O tombamento de bens culturais imóveis não gera qualquer obrigação ao proprietário quanto à sua conservação.

- 70** A matrícula de um imóvel no registro de imóveis é obrigatória para que este seja considerado legalmente regular.

- 71** O poder público pode impor multas administrativas por infrações urbanísticas sem necessidade de prévio contraditório e ampla defesa.

- 72** Os termos de compromisso e de ajustamento de conduta são instrumentos que podem ser utilizados para regularizar situações de irregularidade urbanística, evitando a judicialização.

Direito Ambiental

Renato Pulz

- 73** A Carta Magna consagra o Princípio da solidariedade intergeracional ao afirmar no art. 225 “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.
- 74** As normas ambientais de cunho excessivamente repressivo nem sempre garantem o efetivo cumprimento e respeito ao meio ambiente, assim a aplicação do Princípio do protetor-recebedor é uma forma de incentivar a proteção ambiental, pois esse princípio afirma que a utilização econômica do bem ambiental deve ser cobrada.
- 75** Considerando as disposições da Resolução n. 237/1997 do Conama, a licença prévia terá um prazo de até 5 anos, a licença de instalação de até 6 anos e a licença de operação, por sua vez, terá um prazo mínimo de 4 anos e no máximo de 10 anos, sendo esses prazos improrrogáveis.
- 76** A função social da propriedade, seja rural ou urbana, está diretamente relacionada à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, evidenciando que o direito à propriedade não é absoluto.
- 77** Sobre o conceito do bem jurídico meio ambiente, marque certo ou errado.
O direito ambiental brasileiro acolheu, na regulação jurídica do meio ambiente, um conceito mais restritivo, ou seja, consideram meio ambiente a fauna, flora e solo, águas, ar, clima, mas não engloba os aspectos paisagísticos e o meio ambiente criado pelo ser humano em âmbito cultural, econômico e social.
- 78** Conforme a Resolução CONAMA n. 01/1986 considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e das forças da natureza que, direta ou indiretamente, afetam por exemplo a saúde, a segurança e o bem-estar da população.
- 79** Sobre o estudo prévio de impacto ambiental a CF/1988 afirma que incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- 80** A Lei n. 9.795 de 1999 que dispôs sobre a educação ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental afirma que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, como uma disciplina específica no currículo de ensino.
- 81** O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, conforme texto da CF/1988.

82 As construções irregulares em áreas de preservação estarão sujeitas a demolição, pois a jurisprudência não aceita o argumento do fato de já estarem erguidas e por já ter sido fato consumado.

83 É proibido o uso de fogo na vegetação em áreas de preservação, sem exceções, devido a importância dessas áreas na preservação do meio ambiente.

84 Segundo a Lei n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a reutilização é processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes.

85 “Pesquisa do Instituto Trata Brasil, divulgada nesta segunda-feira (15), mostra que a universalização do saneamento no Brasil só acontecerá em 2070, considerando o ritmo atual de melhorias no setor. A previsão representa um atraso de 37 anos em relação à data limite estabelecida na Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020, conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento Básico. (...) O cenário atual é precário: cerca de 32 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável e mais de 90 milhões não têm coleta de esgoto.”

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/com-ritmo-atual-universalizacao-do-saneamento-ocorrera-em-2070>

Considerando o cenário descrito na notícia e a legislação que trata do tema pode-se afirmar que os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Direito Processual Civil

Raquel Bueno

- 86** Em caso de desistência ou abandono da ação civil pública pela associação autora, competirá exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- 87** O ente público pode intervir no curso de uma ação possessória entre particulares, inclusive para deduzir o domínio do objeto litigioso.
- 88** O juiz está impedido de atuar no processo no qual seja parte seu primo.
- 89** Em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública envolvendo precatório, caso não haja impugnação, não haverá honorários de sucumbência. Todavia, tal regra não vale caso se trate de pagamento via requisição de pequeno valor.
- 90** O Código de Processo Civil vigente não admite a ação monitória em face da Fazenda Pública.
- 91** O ônus da impugnação especificada é dispensado para o advogado público, o defensor público e o advogado dativo.
- 92** O foro de eleição é um exemplo de negócio jurídico processual típico, mas que não permite a escolha aleatória do local de ajuizamento de uma demanda judicial envolvendo conflito entre os sujeitos.

- 93** A desconsideração da personalidade jurídica pode ser promovida pelo juiz, de ofício, em determinada demanda em curso, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial ou desvio de finalidade.
- 94** Os recursos excepcionais exigem o prequestionamento como requisito de admissibilidade. Tal prequestionamento será ficto, se opositos embargos de declaração pelo recorrente, o tribunal recorrido mantém-se omissos.
- 95** O não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação ou mediação acarreta a fixação de multa de até 5% do valor da causa, por ato atentatório à dignidade da justiça, revertida aos cofres públicos.
- 96** A petição inicial da ação rescisória deve estar acompanhada de um depósito prévio de 5% sobre o valor da causa, mesmo que o autor seja um ente público.
- 97** O fato da fazenda pública estar em juízo, não implica, por si só, a necessidade de intervenção do Ministério Públco como fiscal da ordem jurídica.
- 98** No intuito de se obter a efetivação do cumprimento de sentença, poderá o juiz se valer de medidas executivas atípicas, desde que em caráter subsidiário, mediante decisão fundamentada dentro dos parâmetros da razoabilidade/proportionalidade, e desde que assegurado o contraditório.
- 99** A admissibilidade do IRDR é feita pelo relator, mas o julgamento do mérito é feito pelo órgão colegiado designado no regimento interno.
- 100** A partir da concessão da tutela provisória de urgência cautelar antecedente, terá o autor trinta dias para a apresentação do pedido principal, nos mesmos autos.
- 104** Conforme disposição do Código Civil, são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- 105** Analise a assertiva a seguir acerca da prescrição, à luz das disposições do Código Civil e da jurisprudência. A prescrição da pretensão de cobrança não implica a extinção da obrigação do devedor e não impede a recuperação dos bens por parte do credor fiduciário em ação de busca e apreensão.
- 106** Sobre o direito obrigacional, com base nas disposições do Código Civil, julgue o item seguinte. A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos covedores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- 107** De acordo com o princípio da gravitação jurídica, as benfeitorias seguem o destino do bem principal, submetendo-se à hipoteca. Assim, no caso de imóvel dado em hipoteca, fica impedido o exercício do direito de retenção por terceiros sobre eventuais benfeitorias nele erguidas.
- 108** Conforme as disposições do Código Civil a respeito da posse, julgue o item. A posse pode ser adquirida por representante e transmite-se aos herdeiros e legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- 109** A respeito do parcelamento do solo urbano, conforme disposições da Lei n. 6.766/1979 analise a assertiva seguinte. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- 110** No que tange às disposições de Registro de imóveis da Lei n. 6.015/1973, julgue o item. As informações relativas às alterações de denominação de logradouro e de numeração predial serão enviadas pelo Município à serventia do registro de imóveis da circunscrição onde estiver situado o imóvel, por meio do Serp, e as informações de alteração de numeração predial poderão ser arquivadas para uso oportuno e a pedido do interessado.

Direito Civil

Cristiny Rocha

- 101** Segundo as disposições do Código Civil e da jurisprudência, julgue o item. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu nome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.
- 102** Será declarada a ausência quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes, caso em que lhe será nomeado tutor.
- 103** Conforme as disposições a respeito do domicílio no direito civil, julgue o item. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deve ser demandado no Distrito Federal.

Direito Empresarial

Edilson Enedino

- 111** As companhias e quaisquer outras sociedades, desde que estejam sob o mesmo controle, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, iniciando a personalidade jurídica do referido consórcio com o registro do ato de constituição na Junta Comercial do local onde está localizada a sede da organização.

- 112** Considera-se constituído o grupo societário a partir da data da publicação, no registro do comércio da sede da sociedade de comando, da convenção de constituição do grupo, das atas das assembleias-gerais, ou instrumentos de alteração contratual, de todas as sociedades e da declaração autenticada do número das ações ou quotas de que a sociedade de comando e as demais sociedades integrantes do grupo são titulares em cada sociedade filiada.
- 113** A sociedade anônima pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista a sociedade brasileira. Contudo, a sociedade anônima já constituída não poderá ser convertida em subsidiária integral, mesmo que uma sociedade brasileira adquira todas as suas ações.
- 114** Tanto no Código Civil quanto na Lei das Sociedades Anônimas, diz-se coligada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- 115** Em caso de dissolução total da sociedade, compete ao liquidante representá-la e praticar todos os atos necessários à sua liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação. Contudo, por força de lei, o liquidante não pode gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.
- 116** O Código Civil regula as sociedades em comum, e a respeito delas determina que os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo. Assim, a norma estabeleceu a reserva da prova documental apenas em relação aos sócios. As disposições sobre as sociedades em comum não se aplicam às sociedades por ações em organização.
- 117** A liquidação da cota do sócio e a desconsideração inversa da personalidade jurídica são formas de alcançar o patrimônio da sociedade para pagamento de dívidas particulares dos sócios devedores. Considerando que os pressupostos para as duas formas são os mesmos, os credores podem optar, em caso de execução frustrada contra o sócio devedor, por qualquer delas.
- 118** A pessoa incapaz não poderá exercer diretamente atividade empresarial, na condição de empresário individual. Contudo, poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança, desde que haja autorização judicial. Para atuar como sócio, bastará ao incapaz não exercer a administração da sociedade, integralizar o capital social totalmente, e ser assistido ou representado por seus representantes legais, sem necessidade de autorização judicial.
- 119** A intervenção extrajudicial será decretada pelo Banco Central do Brasil, por solicitação dos administradores da instituição financeira – se o respectivo estatuto lhes conferir esta competência – com indicação das causas do pedido, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal em que incorrerem os mesmos administradores, pela indicação falsa ou dolosa. O Banco Central poderá decretar a intervenção *ex officio*.

- 120** A diminuição do risco no curso do contrato de seguro acarreta a redução do prêmio estipulado, salvo cláusula expressa em contrário, ainda mais se a redução do risco for considerável, podendo o segurado exigir a revisão do prêmio, ou a resolução do contrato, em caso de negativa de redução.

Legislação Municipal

Eduardo Galante

Acerca da Lei Orgânica do município de Aracaju/SE, julgue os próximos itens.

- 121** A Procuradoria Geral do município, tem por Chefe o Procurador Geral do município, de livre nomeação pelo Prefeito dentre advogados de reconhecimento saber jurídico e reputação ilibada, com experiência comprovada de pelo menos 20 anos de serviços prestados, que terá vencimentos, vantagens, direitos e prerrogativas de Secretário do município.

- 122** Na execução da dívida ativa, no assessoramento de órgãos e entidades da administração pública em geral, na defesa do seu patrimônio e da Fazenda Pública Municipal, a representação do município cabe ao Procurador Geral do município, ao Advogado Geral do município ou ao Procurador municipal de Feitos, observado o disposto em lei.

Em conformidade com a Lei n. 1547/1989 – Aracaju/SE, que institui o Código Tributário Municipal e Normas do Processo Administrativo Fiscal e dá outras providências, julgue o próximo item.

- 123** Os membros do Conselho, inclusive o seu Secretário e o representante da Procuradoria, perceberão, por sessão realizada, até o máximo de 10 (dez) por mês, jeton de presença que terá o seu valor determinado através de ato do Poder Executivo.

Em relação à Lei complementar n. 153/2016 – Aracaju/SE, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do município de Aracaju/SE, julgue os próximos itens.

- 124** Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. O exercício tem início no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da nomeação, no caso de provimento por nomeação ou da data da publicação do respectivo ato, no caso das demais formas de provimento.

- 125** Os servidores devem cumprir jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 30 (trinta) horas e observado o limite diário de 06 (seis) horas, salvo quanto aos servidores que possuam regulamentação própria em lei específica ou que desempenhem suas atribuições em regime de plantão.

No que se refere à Lei complementar n. 108/2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do município de Aracaju e institui o Estatuto dos Procuradores do município de Aracaju e dá outras providências, julgue os próximos itens.

126 O Conselho Superior da Procuradoria Geral do município reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, preferencialmente no quinto dia útil, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

127 A Corregedoria Geral é o órgão de fiscalização, disciplinamento e orientação das atividades da Procuradoria Geral, dirigida pelo Corregedor Geral, escolhido dentre os integrantes ativos da carreira e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação do Procurador Geral do município.

128 O cargo de Procurador do município deverá ser exercido por Bacharel em Direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

No que diz respeito à Lei Complementar n. 50, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime próprio de previdência social de Aracaju/SE, julgue o próximo item.

129 A filiação do participante ao Regime Próprio de Previdência Social ocorrerá mediante requerimento do agente público a partir da posse em cargo efetivo da estrutura de órgão ou entidade do município e de suas autarquias e fundações, e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, e a dos seus dependentes será feita mediante inscrição.

Quanto à Lei n. 5.486, de 22 de junho de 2022, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do município de Aracaju/SE, julgue o próximo item.

130 O Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar – CAPC terá composição de no máximo 4 (quatro) membros e será paritária entre representantes dos participantes e assistidos, e do patrocinador, cabendo a este a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

131 A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, inclusive por contribuições sociais incidentes sobre bens e serviços, nos termos de Lei Complementar.

132 A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não, é considerada um segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de contribuinte individual.

133 Segundo dispõe a Lei Complementar Municipal de Aracaju n. 50/2001, os recursos garantidores integralizados ao Regime Próprio de Previdência Social têm a natureza de direito individual dos participantes.

134 O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.

135 Em conformidade ao que dispõe a Lei Municipal n. 5.486/2022, podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios do Regime de Previdência Complementar todos os servidores efetivos e comissionados do município de Aracaju.

Direito do Trabalho

Fernanda Rocha

136 É vedada a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.

137 O Agente de Apoio Socioeducativo não faz jus à percepção de adicional de periculosidade, considerado o exercício de atividades e operações perigosas, mesmo que impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente a violência física no desempenho das atribuições profissionais de segurança pessoal e patrimonial em fundação pública estadual.

138 As leis estaduais e municipais referentes às relações trabalhistas no âmbito das empresas são equiparadas a regulamentos de empresas, em face da competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho. O não mesmo ocorre com leis federais de efeitos concretos referentes à administração pública federal indireta. Por conseguinte, a pretensão originada em alterações nas promovidas consistentes em supressão de parcelas devidas a empregados são sujeitas à prescrição total.

139 É legítima e não caracteriza lesão moral a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais de candidato a emprego amparada em razão da natureza do ofício ou do grau especial de fidúcia exigido, a exemplo de empregados domésticos, cuidadores de menores, idosos ou deficientes (em creches, asilos ou intuições afins), motoristas rodoviários de carga, empregados que laboram no setor da agroindústria no manejo de ferramentas de trabalho perfurocortantes, bancários e afins, trabalhadores que atuam com substâncias tóxicas, entorpecentes e armas, trabalhadores que atuam com informações sigilosas.

140 Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

Direito Processual do Trabalho

Fernanda Rocha

141 É prova nova apta a viabilizar a desconstituição de julgado por meio de ação rescisória a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.

142 A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

- 143** A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- 144** Cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.
- 145** Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução, cabe agravo de petição, mediante a garantia do juízo.

Direito Penal

Pâmella Tayná

Considerando aspectos gerais do direito penal brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 146** O estelionato judicial é conduta típica na esfera penal.
- 147** A consumação do crime de fraude à licitação independe da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- 148** Embora a OAB não seja pessoa jurídica integrante da administração pública, seus funcionários são equiparados a funcionários públicos para fins penais.
- 149** O pagamento integral da dívida tributária extingue a punibilidade do crime de descaminho.

Com relação à Lei n. 9.605/1998, julgue o item subsequente.

- 150** Não é típica a conduta de pescar em local proibido quando há a devolução do único peixe ainda vivo ao rio que foi pescado.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU
2º SIMULADO
PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL)**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	E	E	E	E	E	C	E	C	C	E	E	C	C	C
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	E	C	C	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	C	E	E	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C	C	E
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	E	C	C	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	E
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C	E	E	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	C
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	C	E	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E
Item	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135
Gabarito	E	E	E	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E	E	E
Item	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
Gabarito	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C	C	E	C

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos corrermos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

PGM DE ARACAJU-SE – 2º SIMULADO – PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL) – 2501076245M

Direito Constitucional

Weslei Machado

- 1** No contexto da judicialização das políticas públicas, o Supremo Tribunal Federal tem um papel crucial na interpretação do alcance das obrigações do Estado derivadas da Constituição Federal. A esse respeito, julgue o item seguinte.

O Poder Judiciário não tem competência para intervir nas políticas públicas, ainda que se alegue falha evidente do Poder Executivo em implementar medidas constitucionalmente previstas, como o direito à segurança, pois tal ação constituiria uma violação do princípio da separação de poderes.

Errado.

Assunto abordado: Judicialização de políticas públicas.

O item é errado porque contradiz o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal que permite a intervenção do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas em situações de omissão inconstitucional significativa por parte do Poder Executivo, especialmente em áreas que afetam direitos fundamentais garantidos pela Constituição. Essa intervenção judicial é considerada necessária para assegurar o cumprimento de deveres constitucionais pelo Estado, e não representa uma violação do princípio da separação de poderes, mas sim um exercício de controle de constitucionalidade para garantir os direitos mínimos essenciais protegidos pela Carta Magna.

- 2** No contexto da requisição administrativa de bens e serviços para atender a necessidades coletivas, urgentes e transitórias, como no caso de calamidades públicas ou epidemias, julgue o item seguinte. A Constituição permite que um ente federativo requisite bens ou serviços públicos de outro ente federativo, desde que seja para atender a uma situação de perigo público iminente, garantindo assim a eficácia da resposta estatal em situações de emergência.

Errado.

Assunto abordado: Direitos e deveres individuais e coletivos.

O item é errado porque, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado na ADI 3.454, a requisição administrativa não deve recair sobre bens e serviços públicos pertencentes a diferentes entes federativos. Tal ação viola a autonomia dos entes federativos, desorganizando-os e ferindo o pacto federativo. O princípio da autonomia federativa, que caracteriza as relações entre entes federativos por meio da cooperação e horizontalidade, impede que um ente imponha ao outro a obrigação de ceder seus bens ou serviços, mesmo em situações de urgência, devendo-se respeitar a independência e a organização interna de cada ente federado.

- 3** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório, julgue o seguinte item.

A prática de condução coercitiva para interrogatórios, ainda que temporária, não viola a dignidade da pessoa humana e está em consonância com os princípios constitucionais de liberdade de locomoção e da presunção de não culpabilidade, desde que assegurado o direito de o conduzido não produzir provas contra si (direito à não autoincriminação).

Errado.

Assunto abordado: Dignidade da pessoa humana e direitos e deveres individuais e coletivos.

O item está errado porque o Supremo Tribunal Federal, na decisão referida, declarou a incompatibilidade da condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório com a Constituição Federal. A Corte entendeu que tal prática viola a dignidade da pessoa humana e diversos princípios constitucionais, como a liberdade de locomoção e a presunção de não culpabilidade. O STF ressaltou que a condução coercitiva suprime temporariamente a liberdade de locomoção e trata o investigado como culpado antes de uma condenação, o que fere o princípio da presunção de não culpabilidade, configurando uma potencial violação ao direito à não autoincriminação, à prerrogativa de permanecer em silêncio durante investigações ou processos penais e ao direito de ausência do investigado ou acusado ao interrogatório.

- 4** De acordo com as disposições constitucionais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o cabimento do *habeas data*, julgue o item a seguir: No contexto do direito constitucional brasileiro, o *habeas data* é um instrumento processual destinado a assegurar o direito ao acesso a informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, sem necessidade de demonstrar a recusa em fornecer tais informações.

Errado.

Assunto abordado: *Habeas data*.

O item está errado porque o *habeas data*, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal expresso no RHD 22 e no HD 87 AgR, não apenas garante o direito de acesso, retificação e complementação de registros sobre o indivíduo em bancos de dados públicos e governamentais, mas também exige a demonstração do interesse de agir. Esse interesse é caracterizado pela existência de uma negativa prévia em fornecer tais informações, ou uma omissão em responder ao pedido relevante. Portanto, a ausência de uma recusa ou de uma omissão em atender ao pedido de acesso a informações pessoais é um impedimento para a utilização do *habeas data*, o que invalida a afirmação de que não é necessário demonstrar a recusa em fornecer as informações.

- 5** Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o remédio constitucional *habeas corpus*, julgue o item a seguir: é admissível a utilização do *habeas corpus* para discutir a legalidade de proibição de visitas a pacientes presos, uma vez que tais restrições impactam diretamente o *status libertatis* do indivíduo. Julgue o item.

Errado.

Assunto abordado: *Habeas corpus*.

O item está errado porque, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal expresso no HC 145.118 AgR, o *habeas corpus* não é considerado meio idôneo para discutir questões como a legalidade da proibição de visita a pacientes presos. Isso se deve ao fato de que a proibição de visitas não constitui uma restrição direta ao *status libertatis* do indivíduo, ou seja, ao seu direito fundamental de liberdade de locomoção. O *habeas corpus* é um remédio constitucional destinado exclusivamente à proteção da liberdade de locomoção física, sendo inapropriado para questões que não afetam diretamente este direito.

- 6** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de injunção, julgue o item seguir: O mandado de injunção é cabível em qualquer situação em que se verifique a ausência de norma regulamentadora que impossibilite o exercício de direitos e liberdades constitucionais, assim como de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ainda que o direito invocado não tenha expressa previsão constitucional.

Errado.

Assunto abordado: Mandado de injunção.

O item está errado porque, conforme estabelecido no MI 5.926 AgR, o direito de invocar a legislação por meio do mandado de injunção é específico para situações em que a Constituição impõe expressamente ao Estado o dever de legislar. A prerrogativa de recorrer ao mandado de injunção surge apenas nas hipóteses expressas em que há um mandamento constitucional direto ao poder público para que este emane a norma necessária, configurando-se, assim, uma obrigação jurídica do Estado. A assertiva do item generaliza a aplicabilidade do mandado de injunção para qualquer situação de ausência de norma regulamentadora, o que não reflete precisamente o entendimento do STF sobre a matéria.

- 7** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema único de Saúde, julgue o item a seguir: É possível a concessão judicial de medicamentos não incorporados às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que preenchidos cumulativamente requisitos como a negativa de fornecimento na via administrativa, a análise da ilegalidade do ato de não incorporação pela Conitec, a impossibilidade de substituição por outro fármaco listado, a comprovação da eficácia do medicamento por meio de evidências científicas robustas, a necessidade clínica imprescindível do tratamento comprovada por laudo médico e a incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do tratamento.

Certo.

Assunto abordado: Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria de saúde pública.

O item é correto porque reflete adequadamente o entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 566.471. De acordo com a decisão, embora a regra geral seja a não concessão de medicamentos não listados pelo SUS, existem condições específicas sob as quais o fornecimento pode ser ordenado judicialmente. Esses requisitos devem ser rigorosamente cumpridos e comprovados para justificar a intervenção judicial em políticas públicas de saúde, garantindo que apenas em casos excepcionais, bem fundamentados e que atendam a todos os critérios estabelecidos, o medicamento seja concedido. Esta abordagem assegura a observância do princípio da reserva do possível e da separação dos poderes, ao mesmo tempo que protege os direitos fundamentais dos pacientes.

- 8** De acordo com a Constituição Federal, a renúncia à nacionalidade brasileira, que pode ocorrer mediante pedido expresso do cidadão à autoridade competente, impossibilita permanentemente o indivíduo de readquirir a nacionalidade brasileira originária. Julgue o item.

Errado.

Assunto abordado: Nacionalidade.

O item é errado porque contraria o disposto no § 5º do artigo que trata da perda da nacionalidade na Constituição Federal. Conforme a norma, mesmo após a renúncia da nacionalidade brasileira, conforme descrito no inciso II do § 4º, a pessoa tem o direito de readquirir a nacionalidade brasileira originária, conforme os termos estabelecidos por lei. A possibilidade de readquirir a nacionalidade demonstra a flexibilidade da legislação brasileira em permitir que o cidadão recupere sua condição original, caso mude de ideia após a renúncia, desde que siga os procedimentos legais estabelecidos para tal.

- 9** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as competências dos entes federativos, julgue o item a seguir: compete privativamente à União legislar sobre direito penal e processual penal. Nesse sentido, a Constituição de um Estado-membro, ao definir competências do Tribunal de Justiça local, especialmente sobre o foro por prerrogativa de função, não pode divergir ou exceder os limites estabelecidos no modelo federal, sob pena de violação da competência legislativa privativa da União.

Certo.

Assunto abordado: Repartição de competência.

O item está correto porque reflete adequadamente as disposições constitucionais e jurisprudenciais relacionadas à competência exclusiva da União para legislar sobre direito penal e processual penal. A Constituição Federal, no artigo 22, inciso I, estabelece claramente que apenas a União possui autoridade para legislar sobre estas áreas. Além disso, o item corretamente menciona que qualquer disposição nos regimentos internos dos tribunais estaduais ou nas constituições estaduais que tente regulamentar de forma diversa ou mais ampla que o modelo federal, especificamente em relação ao foro por prerrogativa de função, seria inconstitucional. Isso é corroborado pela interpretação do Supremo Tribunal Federal na ADI n. 5.331, que afirma que o regimento interno do STF não exige autorização colegiada para a continuidade de investigações, sendo suficiente a decisão do relator, evidenciando a uniformidade na aplicação do direito processual penal em conformidade com as regras federais.

- 10** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a criação de novos municípios, julgue o item a seguir: Pendente a edição de legislação federal que estabeleça o prazo dentro do qual será permitida a criação e alteração de municípios, são inconstitucionais os regramentos estaduais que disciplinem a matéria independentemente dessa norma federal.

Certo.

Assunto abordado: municípios.

O item está correto e reflete adequadamente a jurisprudência e a normativa constitucional vigente sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Segundo o artigo 18, § 4º, da Constituição Federal, tais processos devem ser feitos por lei estadual, mas dependem da existência de uma Lei Complementar Federal que estabeleça o período durante o qual essas alterações podem ocorrer. A Emenda Constitucional n. 15/1996 introduziu a exigência de uma lei complementar federal para disciplinar esses aspectos, o que ainda não foi cumprido. Portanto, qualquer legislação estadual que tente regular a criação ou alteração de municípios sem essa lei complementar federal é considerada inconstitucional, como destacado no precedente citado da ADPF 819. Essa decisão reflete a necessidade de um marco legal federal que uniformize os critérios para garantir a observância dos princípios constitucionais e a segurança jurídica.

- 11** No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as imunidades dos vereadores, julgue o item a seguir: Norma da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que concede imunidades formais a autoridades municipais é constitucional, visto que os entes federados possuem competência para ampliar as imunidades constitucionalmente previstas aos vereadores.

Errado.

Assunto abordado: municípios.

O item é errado porque, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especificamente na ADI 558, as imunidades dos vereadores estão estritamente delimitadas pela Constituição Federal no artigo 29, inciso VIII. Este inciso estabelece que os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município. Qualquer extensão dessas imunidades por Constituições Estaduais é considerada inconstitucional, pois viola a competência exclusiva da União para definir o regime de imunidades parlamentares, conforme previsto no próprio texto constitucional. Assim, os estados e o Distrito Federal não possuem autonomia para ampliar ou modificar essas imunidades por meio de suas constituições ou leis. A decisão citada na ADI 558 reforça que tais alterações ou ampliações resultariam em uma violação da Constituição Federal, portanto, são inconstitucionais.

- 12** Quanto à responsabilização civil do Estado, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir: O dever de indenizar por parte do poder público, na aplicação da responsabilidade civil objetiva, dispensa a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do agente estatal e o dano causado ao particular. Julgue o item.

Errado.

Assunto abordado: Administração pública.

O item é errado porque, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal exemplificado no RE 481.110 AgR, a responsabilidade civil objetiva do Estado exige, sim, a comprovação do nexo de causalidade entre o comportamento do agente estatal (seja comissivo ou omissivo) e o dano experimentado pelo particular. A responsabilidade objetiva, embora dispense a comprovação de culpa do agente público, não elimina a necessidade de demonstrar que o ato estatal foi efetivamente a causa do dano para que haja obrigação de indenizar. O nexo causal é um dos pilares fundamentais para a configuração da responsabilidade civil do Estado, sendo imprescindível para o reconhecimento da obrigação de reparar o dano. Assim, o item falha ao sugerir que a responsabilidade objetiva dispensa tal comprovação, indo contra os precedentes jurisprudenciais do STF que claramente exigem essa relação causal.

- 13** Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, julgue o item a seguir: As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) não podem realizar buscas e apreensões em domicílios, pois tal ato estaria sujeito à cláusula de reserva de jurisdição. No entanto, a CPI pode determinar busca e apreensão em locais que não sejam considerados invioláveis, desde que haja fundamentação adequada indicando causa provável e fatos concretos que justifiquem tal medida.

Certo.

Assunto abordado: Comissão Parlamentar de Inquérito.

O item está correto, pois reflete com precisão o entendimento do Supremo Tribunal Federal expresso no MS 33.663 MC. O STF determina que as CPIs não podem efetuar buscas e apreensões em locais considerados invioláveis, como residências, por estarem protegidos pela cláusula de reserva de jurisdição, que exige a intervenção do Poder Judiciário. No entanto, a corte também reconhece que as CPIs possuem a autoridade para ordenar buscas e apreensões em locais não domiciliares, desde que haja uma justificativa substancial baseada em causa provável e em evidências concretas que sustentem a necessidade e a urgência da medida. A decisão enfatiza a importância de a CPI fundamentar adequadamente suas decisões para evitar a invalidade das diligências e a ineficácia das provas obtidas.

- 14** Segundo o Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade do chefe do Poder Executivo, julgue o item a seguir: As constituições estaduais não podem estender as imunidades previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 86 da Constituição Federal, que tratam das imunidades processuais do Presidente da República, aos governadores de estado, dado que tais imunidades são exclusivas do chefe de Estado. Julgue o item.

Certo.

Assunto abordado: Responsabilidade do Presidente da República.

O item está correto e alinha-se com o entendimento do Supremo Tribunal Federal expresso na ADI 978. O STF afirmou que as imunidades processuais especificadas no art. 86, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, que tratam da não responsabilização do Presidente da República durante o mandato por atos estranhos ao exercício de suas funções, bem como a regra que impede a prisão antes de sentença condenatória, são exclusivas do Presidente, em virtude de sua posição institucional única como chefe de Estado. Portanto, as constituições estaduais que tentem estender essas imunidades aos governadores estão agindo inconstitucionalmente, por não respeitarem a singularidade e o escopo das prerrogativas presidenciais estabelecidas pela Constituição Federal.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.

- FACILITE SEUS ESTUDOS:** rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.
- TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:** faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.
- VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:** mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.
- TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:** quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.
- NÚMEROS GRANDES:** milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.
- TUDO NA SUA MÃO:** só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora